

Ficha Técnica

Direcção de Publicação:

Ana Tarouca
Pedro Pires

Design Gráfico:

Nuno Domingues

Revisão de texto:

José Brito Soares

Edição:

Instituto de Apoio à Criança
Largo da Memória, 14
1349-045 Lisboa

Periodicidade: Bimensal

ISSN: 1647-4163

Distribuição gratuita

Endereço Internet:

www.iacrianca.pt

Blogue:

[Crianças a torto e a Direitos](#)

Serviço de Documentação:

Tel.: (00351) 213 617 884

Fax: (00351) 213 617 889

E-mail: iac-cedi@iacrianca.pt

Atendimento ao público,
mediante marcação

-De 2ª a 5ª feira, entre as
9.30h e as 16.00h

-6ª feira entre as 9.30h e
as 12.00 horas

Para subscrever este boletim digital envie-nos uma mensagem para

iac-cedi@iacrianca.pt



Getty Images

Este é o primeiro de dois números dedicado à Educação Ambiental. Fornece definições, discrimina os documentos reguladores e disponibiliza múltiplos recursos pedagógicos assim como endereços de sites. O próximo será dedicado aos estudos científicos realizados nesta área assim como o enquadramento legal que regula esta matéria.

Sobre Educação Ambiental definimos

Ambiente

Segundo a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, ambiente "... é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do Homem."

Esta Lei estabelece no artigo 2º ponto 1 que: "*todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao estado, por*

meios de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a qualidade de vida, quer individual, quer colectiva".

Ou seja, ao conceito de ambiente, segundo este documento, está inerente não só a noção de ecossistema natural incluindo o ar, a água, a luz, a fauna, a flora, etc., mas também os sistemas humanos como a paisagem, património natural e construído, poluição etc., que se inter-relacionam.

Educação Ambiental

É “uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a resolução de problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação activa e responsável de cada indivíduo e de comunidade” (...).

A Educação Ambiental pode ser vista como um processo que pretende a criação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofí-

sico e os seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver os seus problemas. (...)

Visa, sobretudo a sensibilização e a aquisição de competências e conhecimentos para que se mudem mentalidades e atitudes de forma a proteger e melhorar o ambiente”.

Fonte: [Machado da Silva, 2009: 9](#)

“Educação Ambiental (EA) deve ser entendida como um processo educativo capaz de transformar e despertar a sociedade para um compromisso individual e colectivo com o meio ambiente.

Os objectivos da EA dependem da melhoria de relacionamento entre os seres humanos e o ambiente, “reduzindo-se a um só: a melhoria das condições ambientais do planeta”

Apesar das inúmeras concepções do Ambiente na Educação Ambiental, a acção educativa nesse campo, articula-se com a educação para a cidadania através de uma abordagem holística, que mantenha as relações entre as partes e o todo.

É imprescindível uma alfabetização ambiental que articule o saber empírico ambiental e os conceitos ecológicos, relacionados com as diferentes perspectivas éticas e a crítica social. A Escola, neste âmbito, é um local privilegiado para a acção da cidadania ambiental”.

Fonte: [Loureiro, 2009: 4](#)



Desenvolvimento Sustentável

A Educação Ambiental é um dos pilares do conceito "Desenvolvimento Sustentável". Uma definição deste termo reconhecida internacionalmente embora um pouco vaga é: "O desenvolvimento sustentável satisfaz as necessidades do presente sem com-

prometer a capacidade de as gerações futuras poderem satisfazer as suas" (definição apresentada no Relatório Brundtland, 1987).

"É um tipo de desenvolvimento sócio-económico no qual existe uma melhoria das

condições de vida dos cidadãos a nível social e cultural sem colocar em risco o futuro estado dos recursos e dos processos naturais".

Fonte: [Glossário Planeta Energia](#)

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Procura desenvolver o conhecimento, as competências e as perspectivas e valores que habilitem as pessoas de todas as idades a assumirem a responsabilidade pela criação e usufruto de um futuro sustentável.

É promovido um estilo de vida que harmoniza as ecologias humana e

ambiental, através de tecnologias adequadas, de uma economia cooperativa e de engenho individual. É um estilo de vida deliberado que se caracteriza pela responsabilidade pessoal, autoconfiança, sentido de serviço, e ciosa da vida espiritual. Além disso, a vida sustentável é uma ética de adminis-

tração para o ambiente e a economia em que as necessidades de hoje são condicionadas pelas necessidades das gerações futuras da Terra.

Fonte: [Guião de Educação para a Sustentabilidade – Carta da Terra](#)

"(...) a Escola representa o primordial veículo de propagação de conhecimentos e de fomento de atitudes correctas, revelando um impacto quase sempre vitalício nos alunos. Ora, passando a EA por uma necessidade (...) de educar e formar os cidadãos de todas as idades e estratos sociais para o ambiente, isto é, de (...) educar os indivíduos e a sociedade para a sustentabilidade ambiental (...)", o expectável é que a Escola apresente uma receptividade total para abordar estes temas (não necessariamente de modo formal). Isto porque, como a Escola está total e directamente ligada à educação, sendo, pois, o meio educativo mais representativo e importante de todas as sociedades desenvolvidas, se verifica que, também no caso ambiental, o contributo da pedagogia e da educação são cruciais, sendo que a tentativa de dar um carácter mais cultural à educação e a constatação de que a pedagogia tem uma função importante no êxito da preservação do ambiente têm permitido o relativo incremento da Educação Ambiental.

[Teles, 2011: 52](#)

Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)

"Tem por objectivo a implementação da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em milhares de situações locais que envolvam a integração dos princípios do Desenvolvimento Sustentável numa multiplicidade de situações de aprendizagem. Foi adoptada em Dezembro de 2002 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A UNESCO foi designada como a agência responsável pela promoção da Década.

Fonte: [Guião de Educação para a Sustentabilidade – Carta da Terra](#)

Documentos de Referência

Década de 70: Da Conferência de Estocolmo à Conferência de Tbilisi

Segundo a Carta de Belgrado (...), a EA é um processo que visa "formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e envolvimento que lhe permitam trabalhar individualmente e colectivamente para resolver os problemas actuais e impedir que se repitam".

[Leite, 2004: 30](#)

Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo 1972)

Em 1972 realizou-se, em Estocolmo, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, onde foi elaborada a **Declaração de Estocolmo** que contém os princípios orientadores para o uso ecologicamente racional do meio ambiente.

Coloca-se, pela primeira vez, a questão da relação entre os países industrializados e os que se encontram em vias de desenvolvimento, e procura-se que estes países possam aceder ao desenvolvimento económico e à melhoria de vida dos seus povos, evitando quer o aumento da poluição quer a destruição dos recursos naturais através do recurso à cooperação internacional, à ciência e à tecnologia. Segundo o princípio 19 da **Declaração de Estocolmo**:

«É indispensável um trabalho educacional em questões ambientais, dirigido tanto às gerações jovens como às de adultos e que preste a devida atenção ao sector da população menos privilegiado, para criar as bases de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos das empresas e das colectividades, inspirada num sentido de responsabilidade relativo à protecção e melhoramento do meio em toda a dimensão humana».

[Disponível on-line »](#)



Getty Images

Carta de Belgrado (1975)

Edição do Instituto Nacional do Ambiente: "Texto adoptado, por unanimidade, no "Colóquio sobre Educação Ambiental", organizado pela UNESCO, em Belgrado, de 13 a 22 de Outubro de 1975, onde são formulados os princípios e traçadas as linhas directrizes da Educação Ambiental, em todo o mundo".

[Disponível on-line »](#)

A recomendação 96 da Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano reclamou o desenvolvimento da educação ambiental considerando-a como um dos elementos mais críticos para se poder atacar a fundo a crise mundial do ambiente. Esta educação ambiental deve estar solidamente assente sobre os princípios fundamentais definidos na Declaração das Nações Unidas sobre a nova ordem económica internacional.

É neste contexto que é preciso estabelecer as bases de um programa mundial de educação ambiental. O programa permitirá desenvolver os conhecimentos e as competências, os valores e as atitudes novas, elementos essenciais do movimento para uma melhor qualidade do ambiente e para uma melhoria da qualidade de vida das gerações contemporâneas e futuras. (...)

A finalidade da Educação Ambiental é:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e colectivamente na resolução das dificuldades actuais, e impedir que elas se apresentem de novo.

Os objectivos da Educação Ambiental são os seguintes:

- 1. A tomada de consciência: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a tomar consciência do ambiente global e dos seus problemas, e sensibilizá-los para estes assuntos.*
- 2. Os conhecimentos: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirir uma compreensão fundamental do ambiente global, dos problemas conexos, da importância da humanidade, da responsabilidade e do papel crítico que lhe incumbem.*
- 3. A atitude: ajudar os indivíduos e os grupos sociais, a adquirir, os sistemas de valores que incluam um vivo interesse pelo ambiente e uma motivação suficientemente forte para participarem activamente na prevenção e na melhoria da qualidade do ambiente.*
- 4. As competências: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirir as competências necessárias à solução dos problemas do ambiente.*
- 5. Capacidade de avaliação: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de Educação Ambiental, em função de factores ecológicos, políticos, económicos, sociais, estéticos e educativos.*
- 6. A participação: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a desenvolver um sentido de responsabilidade e um sentimento de urgência, que garantam a tomada de medidas adequadas à resolução dos problemas do ambiente.*



Getty Images

A Educação Ambiental destina-se ao grande público. Neste quadro geral, as categorias mais importantes são as seguintes:

- 1. Sistema Escolar: alunos do ensino pré-primário, primário, secundário, superior, bem como os professores e os especialistas de ambiente em cursos de formação e reciclagem.**
- 2. Educação extra-escolar: jovens e adultos, de todas as camadas da população. Grupos sociais, famílias trabalhadores laborais, quadros superiores e todos os que detêm o poder de decisão em domínios ligados ou não ao ambiente.**

Os princípios directivos da Educação Ambiental são os seguintes:

- 1. A Educação Ambiental deve considerar o ambiente na sua globalidade, natural, criado pelo homem, ecológico, político, económico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético.**
- 2. A Educação Ambiental deve ser um processo contínuo, extensivo à vida inteira, tanto escolar como extra-escolar.**
- 3. A Educação Ambiental deve adoptar uma abordagem interdisciplinar.**
- 4. A Educação Ambiental deve sublinhar a importância duma participação activa na prevenção e na solução dos problemas postos pelo ambiente.**
- 5. A Educação Ambiental deve examinar as principais questões de ambiente numa perspectiva mundial, respeitando, no entanto, as diferenças regionais.**
- 6. A Educação Ambiental deve basear-se na situação actual e futura do ambiente.**
- 7. A Educação Ambiental deve examinar as questões de desenvolvimento e de crescimento, do ponto de vista do ambiente.**
- 8. A Educação Ambiental deve insistir na necessidade duma cooperação local, nacional e internacional para resolver os problemas do ambiente.**

UNESCO-UNEP Tbilisi Declaration on Environmental Education (1977)

A primeira conferência intergovernamental sobre Educação Ambiental aconteceu em Tbilisi (capital da Geórgia, antiga União Soviética) de 14 a 26 Outubro de 1977. Foi promovida pela UNESCO em co-operação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

[Disponível on-line »](#)

As Recomendações de Tbilisi apontam como grandes finalidades da EA (...):

- *promover a compreensão clara e o envolvimento nos processos de interdependência económica, social, política e ecológica, nos meios rural e urbano;*
- *dar a todas as pessoas as oportunidades para a aquisição de conhecimentos, valores, atitudes, empenhamento e competência necessários à conservação e melhoria do ambiente;*
- *criar novos padrões de comportamento individual, colectivo e social, em relação ao ambiente.*

A concretização destes objectivos é feita através do recurso a diversas metodologias, que têm sido amplamente discutidas, sendo consensuais os seguintes princípios:

- *os métodos usados em EA devem ser interdisciplinares, participativos, experimentais e baseados em valores;*
- *as acções de EA devem transmitir a ideia de integração de sistemas, ter objectivos específicos e relevantes para os destinatários e formato bem estruturado e organizado;*
- *devem responsabilizar cada um individualmente e desenvolver a curiosidade e as capacidades crítica e interventiva; e devem ainda ser contínuas, incluir aprendizagens teórica e prática, bem como avaliação (...).*

[Leite, 2004: 30](#)



“É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.”

Nações Unidas,

2000 : 3

Década de 80: O Relatório Brundtland

Relatório Brundtland: Nosso futuro comum/ Brundtland Report: Our Common Future (1987)

Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, mais conhecida como Comissão Brundtland, criada para estabelecer propostas orientadoras do futuro da problemática ambiental.

[Disponível on-line em português »](#)

[Disponível on-line em inglês »](#)

Década de 90: a Cimeira do Rio e Fórum Global sobre o Ambiente. A Conferência Internacional de Tessalónica

Declaração do Rio: Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992)

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho das Organizações Não-Governamentais, reunido para este fim no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de Junho de 1992 que reforça e complementa a Declaração de Estocolmo, criada 20 anos antes.

[Disponível on-line »](#)

Agenda 21 (1992)

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho das Organizações Não-Governamentais, reunido para este fim no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de Junho de 1992: “Agenda 21 is a comprehensive plan of action to be taken globally, nationally and locally by organizations of the United Nations System, Governments, and Major Groups in every area in which human impacts on the environment.

Agenda 21, the [Rio Declaration on Environment and Development](#), and the [Statement of principles for the Sustainable Management of Forests](#) were adopted by more than 178 Governments at the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) held in Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June 1992”.

[Disponível on-line »](#)

Os principais objectivos da Agenda 21 são os seguintes:

- 1 – Revitalização do crescimento com critérios sustentáveis;**
- 2 – Vida sustentável para todos,**
- 3 – Conseguir um mundo habitável, através do desenvolvimento de núcleos de população;**
- 4 – Utilização eficiente dos recursos, promovendo um mundo fértil;**
- 5 – Estratégia global de utilização dos recursos naturais;**
- 6 – Gestão de produtos químicos e de resíduos.**

Esses objectivos destinam-se a fomentar o uso sustentável dos recursos naturais para o desenvolvimento humano, procurando assegurar níveis de qualidade de vida equitativos num ambiente limpo e saudável.

[Fernandes, 2008: 63](#)

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992)

Outro dos documentos elaborado na Cimeira do Rio. É regido pelos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade global.

[Disponível on-line »](#)

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (1992)

“Constitui um marco no caminho para a conservação dos nossos recursos biológicos. Esta convenção resulta da “Cimeira da Terra” do Rio de Janeiro de 1992, e os seus objectivos são a conservação e a utilização sustentável da diversidade genética, das espécies, dos habitats e dos ecossistemas. A União Europeia é uma das 188 partes contratantes da Convenção e está profundamente empenhada nos objectivos da CDB.

Diversidade biológica significa, nos termos do disposto no artigo 2.º da CDB, a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas”.

[Disponível on-line »](#)

[Mais aqui »](#)



Getty Images

Convenção sobre a Desertificação (1992)

Outro dos documentos elaborado na Cimeira do Rio, da responsabilidade das Nações Unidas.

[Disponível on-line »](#)

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (1992)

Mais um documento elaborado na Cimeira do Rio, da responsabilidade das Nações Unidas.

[Disponível on-line »](#)

[Mais aqui »](#)

Declaração de Tessalónica (1997)

Documento resultante da Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização do Público para a Sustentabilidade, realizada em Tessalónica (Grécia) entre 8 e 11 de Dezembro de 1997, sob os auspícios da UNESCO. A expressão *Educação Ambiental* é substituída pela *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*.

[Disponível on-line »](#)

“Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida”.

[Nações Unidas, 1992 : 2](#)

“Em consequência dos debates do Rio firmaram-se diversos acordos de ambiente a nível global, nomeadamente a Convenção da Diversidade Biológica, a Convenção sobre a Desertificação e a Convenção sobre as Alterações Climáticas. Em todos eles há o reconhecimento e a referência à necessidade de uma educação, formação e sensibilização pública, de modo a que esses temas sejam colocados em programas e materiais educativos. Aprovada a Convenção sobre as Alterações Climáticas, mais tarde, em 1997, e assinada por cento e cinquenta países, é acordada a redução até 2010 da emissão de gases de efeito de estufa”.

[Fernandes, 2008 : 64](#)



Protocolo de Quioto à Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima / Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change (1998)

O Protocolo de Quioto é um dos instrumentos jurídicos internacionais mais importantes na luta contra as alterações climáticas. Integra os compromissos assumidos pelos países industrializados de reduzirem as suas emissões de determinados gases com efeito de estufa responsáveis pelo aquecimento planetário. As emissões totais dos países desenvolvidos devem ser reduzidas em, pelo menos, 5% em relação aos níveis de 1990, durante o período 2008-2012.

[Disponível on-line em português »](#)

[Disponível on-line em inglês »](#)

[Mais aqui »](#)

Já no século XXI

Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000)

“A Declaração do Milénio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milénio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque –, reflecte as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais”.

As medidas a implementar para a “Protecção do nosso Ambiente Comum” são apontadas a partir da página 10.

[Disponível on-line »](#)

A Sustainable Europe for a Better World: A European Union Strategy for Sustainable Development (2001)

Comunicação da Comissão Europeia, a apresentar no Conselho Europeu em Junho de 2001, que propõe uma estratégia a longo prazo de políticas combinadas em termos económicos, sociais e ecológicos numa lógica de desenvolvimento sustentável.

[Disponível on-line »](#)



Após o primeiro passo dado na Cimeira do Rio relativo às alterações climáticas com a realização do Protocolo de Quioto, o início do século começa de certa forma com um recuo, após a não aceitação desse Protocolo por parte da administração dos Estados Unidos. É neste cenário algo deprimente de ameaças globais e da correspondente falta de responsabilidade partilhada, e com a desistência do Protocolo por parte da Austrália, que em 2002, as Nações Unidas organizam a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo. A sua finalidade é efectuar uma profunda avaliação dos avanços e obstáculos com que se tinha deparado ao olhar-se para os compromissos assumidos no Rio, em 1992. Os resultados da conferência seriam dois documentos: o Plano de Implementação e a Declaração Pública. (...) o Plano de Implementação assenta no estabelecimento de três objectivos principais: a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões insustentáveis de produção e o consumo e a protecção dos recursos naturais. Embora fossem considerados decepcionantes os resultados da Conferência de Joanesburgo, o Plano de Implementação acaba por lançar o repto da integração do desenvolvimento sustentável nos sistemas de educação e a necessidade da comunidade internacional efectuar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

[Fernandes, 2008 : 68](#)

Relatório da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 26 Agosto-4 Setembro 2002)/ Report of the World Summit on Sustainable Development (Johannesburg, South Africa, 26 August-4 September 2002)

[Disponível on-line em inglês »](#)

Plano de Implementação / Johannesburg Plan of Implementation(2002)

[Disponível on-line em inglês »](#)

Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável/Johannesburg Declaration on Sustainable Development (2002)

[Disponível on-line em inglês »](#)

Renewed EU Sustainable Development Strategy as adopted by the European Council on 15/16 June 2006 (2006)

[Disponível on-line »](#)

Recursos Educativos sobre Educação Ambiental

Sobre a Carta da Terra

Carta da Terra (2000)

Declaração de valores e princípios para a construção de um futuro sustentável, cuja redacção envolveu um processo de consulta a nível mundial. Com o lançamento da Carta, em Junho de 2000, estabeleceram-se três objectivos para esta iniciativa: promover e apoiar o seu uso educativo, promover a sua disseminação, aval e implementação na sociedade civil e procurar apoio por parte das Nações Unidas.

A Carta da Terra foi reconhecida pela UNESCO como um importante recurso educativo para a década que se iniciou em 2005.

[Disponível on-line em português»](#)

Na [página web da Carta da Terra](#) é possível aceder a planos de aulas e actividades, concebidos por professores que a utilizaram como ferramenta pedagógica. A página pode ser consultada em castelhano, francês ou inglês.

Estudo Compreensivo sobre a Carta da Terra (2002)

Trata-se de um manual de mais de 100 páginas, intitulado *The Earth Charter: A Study Book of Reflection for Action* (A Carta da Terra: Um Estudo de Reflexão para a Acção). Engloba uma visão geral sobre o processo de redacção da Carta da Terra e tem uma explicação detalhada de cada princípio. Foi elaborado em co-autoria por Elisabeth Ferrero & Joe Holland, da Universidade de St. Thomas, na Flórida, EUA.

[Disponível on-line em inglês »](#)

Guião de Educação para a Sustentabilidade – Carta da Terra 2006

Um trabalho conjunto da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental. Contém sugestão de actividades para o Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário assim como exemplos de planos de aula.

“O Guião pretende ser um recurso de ensino destinado a apoiar o processo de promoção do despertar das consciências dos alunos para o mundo que os rodeia e para a responsabilidade que lhes cabe na preparação do seu futuro”.

[Disponível on-line »](#)

Um Guia para Usar a Carta da Terra na Educação (2009)

Desenvolvido pela *Earth Charter International*: "Este Guia é direccionado a todos os educadores que se interessam em desenvolver sistemas e programas educacionais que preparam jovens e adultos para um modo de vida sustentável como cidadãos locais e globais, responsáveis no século 21. Fornece informações básicas sobre como usar a Carta da Terra em experiências educacionais. É de grande auxílio para educadores que trabalham nas áreas de educação ambiental, educação para o desenvolvimento sustentável, educação de direitos humanos, educação de ecologia humana, educação da paz, educação humanitária, educação social e áreas associadas. A Carta da Terra também pode ser usada para avaliar e reconstruir o currículo inteiro e as práticas de gestão de uma instituição educacional com o objectivo de assegurar que a instituição esteja fazendo tudo o que pode para preparar os alunos para os grandes desafios de nossos tempos.

A segunda parte deste guia descreve, em linhas gerais, a educação para formas de vida sustentáveis e a importância da Carta da Terra como um recurso de ensino e aprendizagem. A terceira parte discute o significado de ética e explica o papel importante dos valores éticos na Carta da Terra. A quarta parte identifica temas principais que a Carta da Terra pode ajudar a abordar em diversos ambientes educacionais. A quinta parte lista vários objectivos educacionais que os professores podem considerar quando usarem a Carta da Terra. A sexta parte apresenta directrizes para desenvolver materiais e programas educacionais baseados na Carta da Terra".

[Disponível on-line »](#)

Sobre outras temáticas ambientais

52 gestos para a biodiversidade (2011)

Publicação da responsabilidade da Comissão Europeia que sensibiliza crianças e jovens para a protecção do ambiente e para a conservação dos recursos naturais através de 52 gestos.

[Disponível on-line »](#)

O Benny é um campeão! (2011)

Publicação da responsabilidade da Comissão Europeia que sensibiliza crianças e jovens para a educação ambiental e reciclagem.

[Disponível on-line »](#)



Conversas ao sol: uma viagem pela biodiversidade (2010)

De Abraão Cerqueira Veloso com ilustrações dos meninos do Jardim de Infância "Miúdos e Pimpolhos", editado pelo Centro de Informação *Europe Direct* de Entre Douro e Minho: "Esta publicação destinada a criança encerra um pedido a pais e educadores. Um pedido muito simples e que muitas vezes não custa dinheiro. Satisfaçam a curiosidade das crianças.

Basta saber aproveitar as oportunidades para alargar os horizontes das crianças dirigindo-lhes a atenção e o olhar para novas descobertas, proporcionando-lhes vivências que lhes permitam em idade adulta saber apreciar música clássica, pintura, ou viver a natureza que nos rodeia em toda a sua plenitude".

[Disponível on-line »](#)

Conversas ao sol: as alterações climáticas para os mais pequenos (2010)

De Abraão Cerqueira Veloso com ilustrações dos meninos do Jardim de Infância "Miúdos e Pimpolhos" numa edição da Representação da Comissão Europeia em Portugal.

[Disponível on-line »](#)

Planeta Energia: Energia e Alterações Climáticas. Glossário didáctico dos 4 aos 7 anos (2009)

Esta publicação integra o Plano de Comunicação sobre a UE, gerido pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors, enquanto Organismo Intermediário da Comissão Europeia.

[Disponível on-line »](#)

**Brochura sobre Energia e Alterações Climáticas (2009)**

Outra publicação que integra o Plano de Comunicação sobre a UE, gerido pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

[Disponível on-line »](#)

Guião de Educação Ambiental: conhecer e preservar as florestas (2006)

Integra a Coleção *Educação para a Cidadania* editada pelo Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

[Disponível on-line »](#)

Dispositivos pedagógicos: uma proposta para a Educação Ambiental (2006)

Dissertação de Mestrado de Cristina da Costa Gomes: "Este estudo procura reflectir sobre a necessidade e emergência da educação ambiental, inserida na matriz mais abrangente de educação para a cidadania, como mais um contributo para uma resposta à actual crise em que nos encontramos.

Dividimos este trabalho em duas partes: a primeira de carácter reflexivo e teórico, a segunda, de cariz mais empírico, incide sobre sugestões e experiências baseadas na prática pedagógica. Assim, a reflexão iniciou-se com a leitura de alguns autores que se têm debruçado, quer sobre educação, quer sobre ambiente e desenvolvimento; fazemos um breve levantamento dos problemas principais no contexto nacional, sugerindo alternativas e novos olhares sobre a nossa relação com o mundo e o meio, abordando valores que sustentam ventos favoráveis à mudança. Para melhor nos situarmos e delimitarmos o tema de estudo e de intervenção, fizemos uma leitura mais atenta dos programas e do currículo para o ensino básico, a fim de desvelarmos os objectivos e as competências que orientam o trabalho pedagógico. Reflectimos, ainda, sobre a colaboração entre a escola e a família, e sobre a ponte que a educação ambiental pode aí constituir.

Na parte empírica, servimo-nos do conceito de dispositivos pedagógicos para sugerir e apresentar materiais e experiências que podem promover novas abordagens educativas. Finalmente, demos especial atenção aos contos para a infância, através de um olhar e uma leitura diferentes, procurando, nalguns deles, pistas, recursos, estratégias, caminhos ou pontos de partida, que nos ajudem a compreender os problemas do mundo e a contribuir para o melhorar".

Apresenta os seguintes contos como dispositivos pedagógicos:

- **A Menina do Mar** (Sophia de M. Andresen)
- **A Fada Oriana** (Sophia de M. Andresen)
- **A Árvore** (Sophia de M. Andresen)
- **A Floresta** (Sophia de M. Andresen)
- **O Ouriço Cacheiro espreitou três vezes** (M^a Alberta Menéres)
- **Beatriz e o Plátano** (Ilse Losa)
- **Valéria e a Vida** (Sidónio Muralha)
- **Histórias do Ribeiro** (M^a Cecília Correia)
- **Uma Andorinha no Alpendre** (Alexandre Perafita)
- **A Aldeia das Flores** (António Mota)
- **A Viagem da Sementinha** (M^a Isabel Loureiro)
- **A Menina Gotinha de Água** (Papiniano Carlos)
- **O Senhor Vento e a Menina Chuva** (Virgínia Mota)
- **Na Quinta das Cerejeiras** (Ilse Losa)

[Disponível on-line »](#)



Getty Images

“Como cidadãos, as crianças e os jovens devem aprender a tomar decisões relativas ao ambiente e a estar conscientes relativamente à tomada de certas decisões políticas que podem ter consequências ambientais. As experiências educativas de projectos de temática ambiental, recorrendo ao trabalho dentro e fora da sala de aula, utilizando o ambiente como recurso e integrando saberes e métodos de pesquisa de diferentes áreas disciplinares, podem contribuir para a formação integral dos alunos e para a construção de uma cidadania participativa e consciente”.

Gomes, 2001:VII

Educação Ambiental: Guia anotado de recursos (2001)

Da responsabilidade do Instituto de Inovação Educacional com coordenação de Manuel Gomes: “Este *Guia Anotado de Recursos* constituiu-se como um instrumento auxiliar da prática de Educação Ambiental, identificando recursos em diferentes

suportes que poderão contribuir para aprofundar conhecimentos, adquirir bases de fundamentação para a prática pedagógica de Educação Ambiental e complementar conteúdos disciplinares. Em suma, pretende-se apoiar os professores no que respeita

à concepção, à preparação, ao desenvolvimento e à avaliação dos seus projectos de Educação Ambiental, numa óptica de inovação e de experimentação”

[Disponível on-line »](#)

Glossário da responsabilidade de *Por uma Eco-Europa* (s.d.)

Por uma Eco-Europa é uma iniciativa da Comissão Europeia, promovida pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), enquan-

to Organismo Intermediário responsável pela execução do Plano de Comunicação referente a 2010 para a informação sobre a União Euro-

peia em Portugal. O site contém múltiplos materiais pedagógicos.

[Disponível on-line »](#)

Sites com recursos educativos recomendados

- **Carta Europeia da Água explicada às crianças** (Proclamada pelo Conselho da Europa em Maio de 1968);
- **Pegada ecológica** (mini dossier);
- **Dez coisas a fazer pelo Ambiente** (Site Júnior da Texto Editores);
- **Alterações Climáticas: fazer um pouco pode mudar muito** (Projecto Ciência Viva);
- **O Planeta Energia: aprender e brincar;**
- **Planetinha** ;
- **Coolkids – Ambiente** (site infantil em português);
- **Youthxchange** (Unep e Unesco Project)
- **Young Reporters for the Environment**
- **Oxfam Education**
- **EducaPoles** (International Polar Foundation's educational site)
- **Por Uma Eco-Europa** (Produtos Pedagógicos)
- **Eco-Escolas** – O Blogue
- **Recycling Guide** (UK)